

A luta por novos microcosmos da reprodução social e a alimentação

The struggle for new microcosms of social reproduction and the alimentation

Rafael João Mendonça de Albuquerque – Doutorando (PPGSS/UFRJ)

Resumo: Neste artigo, refletimos sobre a importância, para a transição socialista, da criação imediata de novos microcosmos da reprodução social; bem como a contribuição, nesta tarefa, que pode ser dada pela reestruturação do processo de produção-consumo dos alimentos. Levantamos algumas potencialidades, mas também limites para a criação destas novas células. Limites que são sérios e até fatais para a experiência de criar microcosmos alternativos, adequando-os ao sistema do capital.

Palavras-chave: Microcosmos. Transição socialista. Limites históricos.

Abstract: In this essay, we analyse the importance, for socialist revolution, of the immediate creation of new microcosms of the social reproduction; and also the contribution for this task of the restructuration of the production-consumption process of the food. We bring some potentialities, but also the limits to create these new cells. Limits that are severe and even fatal for the experience of creating new alternatives microcosms, adjusting them to the capital system.

Keywords: Microcosms. Socialist revolution. Historical limits.

Introdução / introduction

A ênfase na *dimensão global* do projeto marxista de reestruturação da sociedade não pode servir como desmobilização para a *intervenção local*, assim como a ênfase na necessidade da completa realização dos *objetivos últimos* não pode servir de desmobilização para a ação concreta em *objetivos imediatos*. Por outro lado, a intervenção local e a ação concreta para atender objetivos imediatos fica completamente desorientada se tiverem perdido a dimensão global e os objetivos últimos de todo o projeto de liberdade. Pensamos que os dois momentos precisam estar profundamente conectados, pois sua relação dialética corresponde justamente à possibilidade de encontrar *mediações verdadeiras* que possam ser *cumulativas* para um processo transitório de toda a reprodução social. Estas mediações, para serem verdadeiras pontes para outra sociedade, precisam estar adequadas às circunstâncias históricas de cada particularidade local de onde emerge a possibilidade de transformação no imediato.

Neste artigo, pretendemos contribuir para a reflexão sobre a relação dialética entre o local e o global, entre o micro e o macrocosmo do próprio sistema do capital a ser enfrentado, que revela uma importância muito grande em *criar novos microcosmos* como forma de luta concreta contra o sistema do capital. Como forma de iniciar e desenvolver a transição social – como, por exemplo, através da reestruturação do processo de produção-consumo do alimento. No entanto, as potencialidades de criação de um novo microcosmo alternativo estão sempre ameaçadas pelo sistema do capital, impondo limites e desnitrindo seu desenvolvimento nesse caminho. Este texto é também uma tentativa de alerta para as Cozinhas Solidárias como forma de combate à fome e reestruturação do processo de produção-consumo da alimentação no Brasil, na sua potencialidade de contribuir para criar novos microcosmos alternativos.

1. A criação de novos microcosmos e a transição social / the creation of new microcosms and the social transition

A ênfase no aspecto global da perspectiva revolucionária, devido ao caráter global do sistema do capital, deve sempre levar em consideração que, para ser realista, este caráter global *deve ter sua dimensão local*, de onde emana a sua reprodução através dos seres humanos, indivíduos reais. Tal como “humanidade” é uma categoria vazia se os indivíduos reais e são desconsiderados da reflexão, “sistema do capital global” também é uma categoria vazia se desconsiderados os microcosmos (ou as células constitutivas) que fundamentam materialmente sua universalidade, o caráter global de seu sistema orgânico, ou em outras palavras, o seu macrocosmo específico.

Neste sentido, em toda forma de sociedade, todo macrocosmo deve ser entendido como o resultado da mútua determinação entre inúmeros microcosmos, que, por sua vez quanto mais se realizam enquanto processo, são dialeticamente determinados pelo caráter do macrocosmo que foi formado. No sentido de que, quando se reproduzem como um tipo específico de sistema reprodutivo social, macro e microcosmo se reforçam e se determinam na manutenção desse sistema. Assim, tanto as características do macrocosmo vão determinar a forma de existência de suas partes, de seus microcosmos; quanto os microcosmos existentes vão apresentar as características essenciais do macrocosmo que formam. A busca por alternativas ao sistema do capital deve levar esta dialética em consideração para não se perder, por exemplo, entre o imobilismo imediato por focar

apenas na tarefa global e o praticismo cego que foca apenas nas necessidades imediatas, reproduzindo o sistema que pretende negar.

Para István Mészáros, a maturação da globalização, com a emergência, por volta da década de 1970, da crise do capital enquanto uma crise de toda sua estrutura de reprodução social, significa que cada vez mais se revela que os *microcosmos* do sistema do capital são os responsáveis pela destrutividade humana que estamos testemunhando. Para este pensador:

Quando o capital atinge o mais alto nível de globalização pela consumação de sua ascensão histórica, os microcosmos socioeconômicos de que é feito revelam um segredo terrível: o de serem, *em última análise, os responsáveis* por toda destrutividade, em absoluto contraste em relação a suas idealizações estabelecidas por Adam Smith e Kant, passando por todos os diversos Hayeks e “socialistas de mercado” do século XX. É assim inevitável enfrentar a perturbadora verdade de que os próprios microcosmos constitutivos devem ser objetos de um exame radical, se desejamos encontrar um meio de superar a destrutividade incorrigível da ordem sociometabólica do capital (Mészáros, 2009, p. 117).

Ou seja, são os próprios microcosmos da reprodução social controlada pelo sistema do capital, em outras palavras, cada empresa particular, cada unidade de reprodução social, cada célula constitutiva de sua forma de reprodução da sociedade, é quem são responsáveis pelas consequências destrutivas globais. Neste sentido, Mészáros argumenta justamente a necessidade de um exame radical dos microcosmos dentro de uma tarefa de um duplo ataque, tanto ao micro quanto ao macrocosmo do sistema do capital. Assim, o autor defende

mudanças absolutamente fundamentais em todos os domínios e em todos os níveis de produção socioeconômica e cultural, em uma estrutura de organização do trabalho radicalmente alterada/não hierárquica tanto no “macrocosmo” como nas células constitutivas de uma ordem social alternativa (Mészáros, 2009, p. 633).

Enfatizamos a importância vital da luta pela constituição de *novos microcosmos*, portanto, que *não podem* reproduzir a estrutura e valores do sistema negado, desde o início – ainda que de forma limitada, problemática ou frágil. Numa perspectiva marxista, Mészáros defende a sua constituição de maneira *não-hierárquica, harmoniosamente criando uma estrutura global*, criando um domínio material *não-conflituoso* como forma de criar uma alternativa para a humanidade. É assim que ele argumenta:

A característica definidora essencial da forma política pós-revolucionária – para superar o poder do capital e cumprir seu papel na realização do socialismo – é sua orientação para o estabelecimento de um modo *global* de controle sociometabólico *não-conflituoso*. Isto significa coordenar as “microestruturas” cooperativas ou células produtivas da sociedade em uma estrutura produtiva *global*, o que só será possível se a articulação institucional da forma política pós-revolucionária e as práticas sintonizadas com ela forem *não-hierárquicas*. A estrutura de comando político geral incorrigivelmente hierárquica do capital se ergue do solo das determinações internas necessariamente conflituosas de seus constituintes reprodutivos, devido ao antagonismo estrutural entre capital e trabalho que o sistema político corporifica e consolida. [...] o objetivo estratégico fundamental da revolução cultural defendida é o estabelecimento de um novo “microcosmo” reprodutivo material – não conflituoso e positivamente cooperativo – que possa harmoniosamente aderir à estrutura global da forma política pós-revolucionária não hierárquica e progressivamente se apossar das suas funções inevitavelmente separadas (Mészáros, 2009, p. 742).

Aqui compreendemos que a própria perspectiva global da alternativa socialista é, portanto, constituída materialmente pelo estabelecimento de inúmeros novos microcosmos reprodutivos não-conflituosos e positivamente cooperativos que se entrelaçam e se reforçam mutuamente. O progresso e desenvolvimento desse processo, criando teias entre as organizações em diferentes países, significaria uma adesão harmoniosa a uma estrutura global de forma política pós-revolucionária não-hierárquica (já que este é o fundamento dos seus microcosmos) que se forma a partir da relação *entre os novos microcosmos fortalecidos localmente*. Na perspectiva deste autor, da criação de novos microcosmos depende a solução dos conflitos sociais. É assim que ele argumentou, relacionando o internacionalismo socialista com a estrutura democrática e cooperativa do microcosmo revolucionário:

Neste sentido, a condição necessária para uma verdadeira solução (e não manipulações e postergações temporárias) dos conflitos, por meio do internacionalismo socialista, é a adoção de um princípio estruturador realmente democrático e cooperativo nos próprios microcosmos da reprodução social, fundamentando a possibilidade inicial da autoadministração positiva e a “coordenação lateral” dos produtores associados em escala global (em oposição à, no momento, subordinação vertical prevalecente a um poder controlador estrangeiro) (Mészáros, 2009, p. 247-248).

Concretizando um pouco mais a reflexão, se pensarmos em alguns elementos básicos para constituir um *novo* microcosmo ou célula constitutiva de uma ordem social alternativa, a garantia da vida certamente *tem de estar entre* eles. Para trabalhar com um

exemplo mais concreto, pensemos na alimentação. Na eterna necessidade de realizar o processo de produção, distribuição e consumo do alimento; num movimento ininterrupto de metabolismo social com a natureza. Na verdade, num movimento ininterrupto de metabolismo de natureza com natureza. Em certo sentido, a natureza que se relaciona consigo mesma, pois este processo nos escancara que somos nós, seres sociais, também natureza. Porque precisamos, para a nossa sobrevivência individual, estar em metabolismo com a natureza exterior de infinitas maneiras, inclusive se apropriando da energia contida no que podemos consumir enquanto alimento. Isto se quisermos estar vivos. E se quisermos, vivos, fazer todas as outras atividades – tão importantes quanto a alimentação, mas que devem, pelo caráter de natureza do ser social, estar fundamentadas nela e em outras condições básicas de garantia da própria existência.

Marx e Engels, na *Ideologia Alemã*, apontaram que

temos de começar por constatar o *primeiro pressuposto de toda a existência humana*, e portanto, também de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens tem de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo *comer e beber, habitação e vestuário e ainda algumas outras coisas*. O *primeiro ato histórico* é, portanto, a *produção dos meios para satisfação dessas necessidades*, a produção da *própria vida material*, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma *condição fundamental de toda a história*, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (Marx; Engels, 2009, 40-41, grifos nossos).

Neste sentido, é uma tarefa fundamental do novo microcosmo reconstituir a dialética entre produção, circulação e consumo também do que é relacionado à alimentação humana, através da mudança radical: *quem de fato controla socialmente este processo*. Que tipo de relação social controla este processo: a relação-capital ou a relação solidária associada das pessoas trabalhadoras.

Enfatizamos aqui o que consideramos, portanto, um elemento fundamental: *novos microcosmos ou células constitutivas de uma ordem social alternativa tem que progressivamente passar a controlar as funções da reprodução social – e enfatizamos a potencialidade da função da alimentação*. Mészáros argumenta que a alternativa viável ao sistema do capital global só é possível de ser realizada se houver uma radical reestruturação com substantiva democratização das *células constitutivas* do sistema do capital, quer dizer, uma reestruturação radical dos *microcosmos* responsáveis pela

reprodução social, reabsorvendo os poderes sociais que foram usurpados há séculos. Neste sentido,

o internacionalismo positivo se define como a estratégia de ir além do capital como um modo de controle sociometabólico, ajudando a articular e coordenar de maneira abrangente uma forma não hierárquica de tomada de decisão, tanto no plano da reprodução material como no cultural e político. Uma estratégia em que as funções controladoras essenciais da reprodução sociometabólica – expropriadas de si mesmas, na ordem existente, pelos que ocupam os altos escalões na estrutura de comando do capital, tanto no campo das relações empresariais, como no da política – podem ser “devolvidas” aos membros dos “microcosmos” e as atividades destes podem ser devidamente coordenadas até abrangerem os níveis mais amplos, porque não estão dilaceradas por antagonismos inconciliáveis (Mészáros, 2009, p. 247).

Vemos, portanto, que na perspectiva de Mészáros, a criação e o desenvolvimento de novos microcosmos ou células constitutivas, bem como a coordenação entre elas ao ponto de uma abrangência global e reestruturação radical de toda a reprodução social, corresponde justamente a uma parte fundamental do processo de transição para outra sociedade radicalmente diferente.

A transição revolucionária é entendida por este autor não como um ato ou momento pontual (que seja a tomada do poder político do Estado, a expropriação da burguesia ou qualquer outro elemento), mas sim como um *processo histórico de mudança estrutural*. Para ser um processo histórico realista e sustentável, para garantir a vida de forma progressivamente mais humana e menos alienada, os indivíduos devem desenvolver um modo de reprodução social *próprio para a transição* – que realize uma “reestruturação radical das formas e dos instrumentos existentes de reprodução sociometabólica” (Mészáros, 2009, p. 344). Mészáros defende que “para transformar o projeto socialista em uma *realidade irreversível*, temos que completar muitas ‘*transições dentro da transição*’, tal como em outro aspecto o socialismo se define como ‘*revoluções dentro da revolução*’ que constantemente se renovam” (Mészáros, 2009, p. 597).

Para Mészáros, a estrutura de uma estratégia socialista radical corresponde aos produtores associados assumindo “a posição de uma agência responsável pelo controle da ordem sociometabólica de transição, objetivando avançar para além do capital” (Mészáros, 2009, p. 705). Enquanto para alguns autores as tarefas positivas de criação destas novas relações sociais são iniciadas apenas depois de concluído o chamado “processo revolucionário” (que muitas vezes é entendido como *apenas* o aspecto negativo, de destruição das relações sociais do sistema do capital e de *tomada* do seu

poder), para Mészáros a revolução compreende o aspecto negativo e o positivo. E o “aspecto positivo da tarefa deve ser perseguido desde o início” (Mészáros, 2009, p. 738).

Na perspectiva deste pensador,

A reconstituição da unidade das esferas de reprodução material e política é a característica definidora essencial do modo socialista de controle sociometabólico. A criação de suas mediações necessárias não pode ser deixada para um futuro distante, contrariando o que diz a teoria apologética do “nível mais alto do comunismo”, pois, se não forem dados imediatamente os primeiros passos como parte orgânica da estratégia transformadora, eles nunca serão dados (Mészáros, 2009, p. 849)

É preciso, portanto, encontrar no imediato as mediações materiais necessárias para criar novos microcosmos e acumular poder social para um processo de transição da sociedade, desde o início realizando a tarefa positiva, através de um processo histórico de redução progressiva do poder de controle da relação-capital na reprodução social.

Perseguir insistentemente, desde o início, os objetivos últimos da transformação social desejada é uma tarefa árdua. Encontrar as mediações verdadeiras que conectam os objetivos imediatos ao futuro, livre da desigualdade social e da fome, sempre encontrará resistência do sistema orgânico do capital. No entanto, é impossível se conquistar o objetivo último se, na realidade concreta imediata, os passos dados não apontam na sua direção, revelando uma contradição entre o futuro e o presente. É preciso que elementos do novo já estejam presentes conscientemente no imediato para que possam guiar o processo de transição social e se desenvolver no processo de luta para se tornarem abrangentes de toda a sociedade.

As sementes do novo estão constantemente sendo atacadas e não podem crescer livremente no solo destrutivo e infértil do mundo velho em degradação, mas sem plantá-las no presente, é impossível o mundo novo florescer no futuro – este é um dos dilemas da esquerda.

No processo de luta por criação de um novo microcosmo, há enormes potencialidades para o futuro, sobretudo se criarmos novas formas de produção e consumo dos nossos alimentos. A reapropriação, pela própria classe trabalhadora auto-organizada, das principais funções vitais da reprodução social é fundamental para construir uma alternativa ao sistema do capital, melhorando a qualidade de vida das pessoas no próprio processo. Bem como para contribuir com o fortalecimento de outras lutas em outras esferas do trabalho, que certamente vão precisar de uma força de retaguarda das condições básicas de vida da sua família para continuar sua luta específica,

entrelaçando as diversas potencialidades do trabalho. No entanto, há enormes perigos que toda experiência alternativa enfrenta, que limitam suas potencialidades. A depender dos valores internamente adotados pela organização da classe trabalhadora, estes limites podem até distorcer a concepção original do movimento. No próximo ponto, vamos refletir sobre estas questões.

2. Potencialidades e limites na criação de um novo microcosmo alternativo / potentialities and limits of the creation of alternative new microcosm

É urgente a necessidade da criação de novos microcosmos como forma de estruturar materialmente a luta global por uma reprodução social alternativa. Mas as condições concretas em que eles podem ser criados são imprevisíveis no detalhe. Pensamos que é importante estarmos atentos a qualquer possibilidade de que novos microcosmos ou células constitutivas de uma outra sociedade possam germinar.

À primeira vista, quando pensamos em criação de um novo microcosmo, pode vir à mente a reestruturação de um microcosmo já dado no sistema do capital, como as unidades de uma empresa capitalista específica. Certamente, esta é uma parte fundamental da tarefa de consolidação de novos microcosmos. No entanto, devido à própria formação sócio-histórica brasileira, há outras possibilidades concomitantes: uma enorme quantidade de terra e espaços urbanos abandonados, junto com uma massa enorme de pessoas que não tem garantida a reprodução da sua vida por insegurança alimentar e dificuldade no aluguel, senão mesmo a falta de moradia. Os espaços vazios, inutilizados produtivamente pelo sistema do capital, são objeto de luta social e crítica a respeito do caráter da propriedade e sua função social. Neste sentido, os movimentos sociais brasileiros do campo e da cidade, que questionam a falta de moradia e de terra para produzir e se alimentar, estão lidando constantemente com a *potencialidade* de germinar *novos microcosmos de reprodução social*.

Um desses exemplos é a Ocupação Tereza de Benguela (MTST-AL), em Maceió, Alagoas. O terreno da ocupação fica no bairro Cidade Universitária e pertence à Universidade Federal de Alagoas. Há 60 anos, estava abandonado e, além de um lixão, era um espaço de prática de diferentes tipos de violência na área. O MTST-AL estrategicamente ocupou a área com militantes predominantemente mulheres que lutam por moradia desde 2015. O pedido do movimento é que o terreno seja desapropriado pelo Governo Federal e passado para o movimento ficar encarregado de levar adiante o projeto

Minha Casa Minha Vida Entidades para a construção das moradias. Enquanto isso, desde 2019, mais ou menos 300 famílias vivem na área ocupada, em casas improvisadas de lona. Trazendo *na prática* o debate sobre segurança alimentar dentro da ocupação, há mais ou menos um ano o Coletivo DaTerra¹ iniciou um projeto de Sistema Agroflorestal (SAF) dentro da ocupação e já transformou uma área que era um lixão a céu aberto em o início de uma floresta de alimentos que está por vir nos próximos anos. Nesse processo, produtos já estão sendo colhidos, preparados e consumidos pelas pessoas envolvidas.

Além disso, recentemente esta ocupação foi contemplada no Programa Nacional Cozinha Solidária, conseguindo o recurso necessário para estruturar esta experiência de combater à fome. Consideramos um dos pontos mais sensíveis da continuidade sustentável das Cozinhas Solidárias como experiência de combate à fome: como conseguir os recursos cotidianos para seu funcionamento, sobretudo no que diz respeito aos alimentos. Aqui está dada a potencialidade da Ocupação Tereza de Benguela quanto à constituição de um novo microcosmo, e a contribuição que pode dar para esta luta histórica vai depender da capacidade de realização desta potencialidade no plantio e na cozinha, bem como vai depender do caráter interno da estrutura deste microcosmo que começa a surgir, se ele vai se fundamentar por exemplo, na hierarquia ou na igualdade social.

Sempre importante enfatizar que os objetivos destes novos microcosmos devem corresponder à reestruturação total/radical de *toda a forma de reproduzir a vida em sociedade*, ao passo que se desenvolva junto com outros microcosmos que caminham no mesmo sentido, constituindo uma abrangência cada vez maior, até o ponto de poder desafiar a hegemonia da reprodução social em níveis cada vez mais maiores, regionais, nacionais até chegar ao nível global. Uma contribuição sobre alguns destes objetivos mais básicos, sob os quais outros mais complexos deverão se basear e se desenvolver, poderia ser:

- 1) Igualdade substantiva através do trabalho associado (não-hierárquico, horizontal, não-conflituoso internamente, positivamente cooperativo, aberto, autodeterminado em suas partes e no todo). Portanto, a produção dos bens materiais sob esta base deve ser fundamentada na reprodução social a partir dos valores e princípios de igualdade substantiva. Assim, nenhum tipo de opressão deve ser tolerada na reprodução deste novo microcosmo, entendendo que todas elas estão fundamentadas materialmente

¹ Instagram do coletivo: @coletivodaterra

na e, por sua vez, contribuem concomitantemente para o fortalecimento da exploração social. Exploração-opressão é uma relação mutuamente determinada que só podem deixar de existir se superadas igualmente, cada uma em seu âmbito específico.

2) Enorme produção excedente – que deve ser conscientemente apropriada coletivamente para realização de outros objetivos, constituindo, portanto, o solo material de parte fundamental da reprodução (alimentação) em abundância, bem como da possibilidade do desenvolvimento de outros objetivos, como auxílio em outras lutas, a expansão do tempo livre, etc.;

3) Expansão do tempo livre / disponível – o desenvolvimento do microcosmo, ainda que progressivo, deve levar à expansão e consolidação do tempo livre, através, por exemplo, da introdução de tecnologia nas relações de trabalho realizadas de maneira associada em solidariedade. Este tempo livre expansivo constitui a nova riqueza da sociedade, devendo ser conscientemente utilizado pelos indivíduos tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, devendo ser autonomamente determinado por cada um de acordo com suas próprias aspirações, limites e qualidades. Este tempo livre deve ser alocado com a intensidade e extensão autodeterminada por cada um naquelas tarefas e atividades humanas que correspondem à realização de suas aspirações pessoais, por um lado, e, por outro lado, as necessidades objetivas de transformação da realidade contraditória que vivemos; bem como a conexão dialética entre ambas as dimensões da realidade.

4) A solidariedade deve ser um princípio ético incorporado à esta transformação radical da reprodução social. Representando o fundamento no qual outros elementos importantes da realidade subjetiva vão se basear, fundamentar e influenciar. A solidariedade seria o princípio ético que deve estruturar, portanto, os novos microcosmos internamente como um elemento vital de toda a reprodução social, uma vez que a solidariedade é, do ponto de vista subjetivo, a qualidade humana verdadeiramente harmônica com as condições naturais de reprodução humana, ou com o que se poderia dizer, com a natureza *social* do ser humano – em antagonismo completo com o egoísmo como melhor qualidade humana para o desenvolvimento social, como defende o pensamento neoliberal.

Levando em consideração esses princípios (entre outros também muito importantes), há uma potencialidade latente na Tereza de Benguela de contribuir para a criação de um novo microcosmo de reprodução social, uma nova célula constitutiva de uma sociedade alternativa. A implementação e consolidação da Cozinha Solidária como

experiência de combate à fome associada a um plantio agroflorestal em crescimento pode proporcionar uma alta autossuficiência para as pessoas da ocupação, bem como para o funcionamento da Cozinha Solidária, no que diz respeito à aquisição de alimentos. Grande potencialidade de desenvolvimento futuro se isto é feito a partir de uma perspectiva anti-capitalista, visando mudanças estruturais na sociedade, com a intenção de desenvolver cada vez mais o trabalho no plantio e na Cozinha de maneira que se torne mais prazeroso e menos cansativo a realização do trabalho solidário assumido como tarefa revolucionária. A autossuficiência ampla na alimentação, a abundância de alimentos, seria uma das bases para o desenvolvimento de outras esferas importantes da reprodução social (educação com a Escolinha Formigueiro, formação humana e política dos militantes, setor de tecnologia, saúde, etc.).

Sempre importante enfatizar que por mais significativas que sejam as *potencialidades*, elas *nunca são certezas inevitáveis*. Poderá mesmo a Tereza de Benguela dar uma contribuição na criação de um novo microcosmo? Poderá dar um passo significativo nesse sentido? O plantio criará a autossuficiência necessária como base material para outros objetivos fundamentais? A Cozinha Solidária vai se estruturar como uma experiência importante de combate à fome através da autodeterminação dos trabalhadores, criando seus próprios recursos, ou se transformará em mais uma política assistencialista que fica presa às contradições degradantes do Estado e da política moderna em crise estrutural? Servirá de acúmulo para o combate à fome e a criação de uma nova reprodução social ou mero assistencialismo, mantendo as pessoas na condição miserável? São respostas que serão dadas concretamente, na palavra e sobretudo nas ações.

Além destes limites levantados na experiência de uma Cozinha Solidária conectada com uma produção agroflorestal de alimentos, eles se agravam ainda mais quando esta conexão não existe. Na Cozinha Solidária da Lapa-RJ, uma das vitrines nacionais para o MTST, a base material para a sua reprodução dia a dia são as doações e as relações com o Estado e a Universidade. Recém contemplada no edital de inscrição das cozinhas no Programa Nacional Cozinhas Solidárias, a existência da Cozinha tende cada vez mais a ser sustentada predominantemente pelo Estado. Com isso, a experiência corre sérios riscos, pois a determinação hierárquica das relações estatais, quando predominante, impede a organização da luta de forma verdadeiramente horizontal.

O risco de burocratização do processo de combate à fome, bem como de sua instrumentalização política eleitoral, é enorme. Este não é um perigo novo que ameaça os

movimentos sociais envolvidos com a Cozinha Solidária. Na verdade, é um alerta muito importante, que todas as organizações (que tentam lutar contra a exploração e a opressão) devem se atentar para combater.

Num texto de 2010, publicado no Passa Palavra, intitulado *Entre o fogo e a panela: movimentos sociais e burocratização*², vemos importantes críticas a respeito da burocratização nas organizações que pretendem criar alternativas ao sistema do capital. O texto nos lança perguntas fundamentais a respeito da profunda continuidade do processo de burocratização ao longo de tantos anos:

A crítica à burocratização é tão antiga quanto a própria burocratização, e tem sido necessário recomencá-la a cada vez. Por que tal cultura está ainda tão enraizada, manifestando-se desde a social-democracia do século XIX até os pólos modernos da esquerda dita radical? Como age o vírus da burocratização, neutralizando o fervor revolucionário de velhos e novos militantes, criando o ceticismo na base do movimento e promovendo sua desmoralização? Como combater essa cultura, de modo que os movimentos sejam verdadeiros espaços de mobilização e formação, sem outros interesses em jogo além da emancipação social e destruição do Estado capitalista? (Passa Palavra, 2010, s.p.).

Um dos efeitos destrutivos do processo de burocratização é aprofundar a contradição entre os objetivos últimos e os objetivos imediatos do projeto social. Consolidada uma determinada relação social estruturada pela hierarquia, a emergência do burocrata é o *fruto* do processo. A sua transformação de revolucionário em burocrata significa sua transformação em contrarrevolucionário, na medida em que seu meio atual de existência passa a estar fundamentado na desigualdade social. Neste sentido,

Há uma ligação íntima entre a burocratização, os horizontes limitadamente corporativos e a conversão do aparelho organizativo no objetivo principal. O burocrata perde a visão da meta original, a emancipação humana, e passa a viver cada vez mais para defender seu aparelho organizativo, seu poder criado por cima da base do movimento, e teme que um processo revolucionário derrube esse seu poder corporativo — o que de fato aconteceria... — e por isso se torna um inimigo encarniçado da luta emancipatória (Passa Palavra, 2010, s.p.).

Os movimentos sociais surgiram no Brasil como forma de alternativa aos limites do partido político na luta da classe trabalhadora, visando ultrapassar esses limites. No entanto, a crítica do texto vai no sentido de que se desenvolveu uma situação em que as

² Disponível em: <<https://passapalavra.info/2010/08/27717/>>.

organizações do movimento social podem de fato ser verdadeiros partidos políticos, “cuja orientação já não obedece a decisões tomadas pela base e é inteiramente determinada pela direção de um partido, subordinada hierarquicamente à burocracia dos sindicatos ou a qualquer outra estrutura externa que se eleve em instância superior” (Passa Palavra, 2010, s.p.). E também

há movimentos sociais que, embora não dependam de um partido em particular, estão adotando no seu interior a estrutura autoritária dos partidos. Quando começam a reservar para um certo número de dirigentes, sempre os mesmos, os canais de negociação com o Estado, esses dirigentes têm como capital o controle das ações dos militantes, e os movimentos acabam por reproduzir a lógica estatal, através do autoritarismo centralizador representado pelo domínio de uns poucos sobre a maioria. Ao longo do tempo, esta consolidação de estruturas verticais e a constante negociação com o Estado, inclusive para a gestão de recursos, acaba por requerer um quadro de funcionários técnicos especializados, que, com a falta de democracia interna e a ausência de decisão das bases, passam a constituir um aparato burocrático cada vez mais poderoso. As bases já não se reúnem em assembleias para discutir e decidir; são arrebanhadas para ouvir as instruções dos dirigentes. Esses dirigentes, em vez de serem quadros que favorecem o desenvolvimento das lutas, convertem-se em donos destas lutas. Pretendem evitar as relações de solidariedade direta entre as bases dos movimentos, fazendo com que as relações sejam estabelecidas apenas entre “quadros dirigentes” (Passa Palavra, 2010, s.p.).

Pensamos que a emergência do burocrata deve ser explicada pela própria estrutura de reprodução da experiência, as condições sociais em que se dá o controle das relações sociais desenvolvidas pela organização. Assim, uma das questões fundamentais para determinar se há o desenvolvimento da igualdade ou da hierarquia é: o que constitui a base material da experiência alternativa. Não basta criticar o burocrata específico, é preciso realizar “a superação das *formas de controle* exercidas pela hierarquia burocrática, que aniquilam as relações diretas de solidariedade nas bases dos movimentos” (Passa Palavra, 2010, s.p., grifos nossos). Neste sentido,

O centro da questão consiste em demarcar com clareza em que medida a dependência financeira não estaria comprometendo a independência política. Afinal, é de se esperar que para serem contemplados pelo projeto que pleiteiam, os movimentos tenham de se adequar às formas e conteúdos impostos pelos órgãos financiadores. Além disso, muitos movimentos acabam reféns desta lógica, voltando sua militância quase que exclusivamente para a obtenção de mais recursos, deixando de lado o verdadeiro combate ao capital (Passa Palavra, 2010, s.p.).

E aqui retomamos duas questões fundamentais que envolvem a criação e o desenvolvimento da burocratização: 1) qual a base material da experiência que se propõe

a criar alternativas ao sistema do capital? De onde tira seu meio de vida? 2) qual a forma de controle das relações sociais desenvolvidas pela organização? A forma de controle do processo de tomada de decisão é horizontal, autodeterminado e solidário ou hierárquico numa relação de concentração de poder político entre poucos? Ao nosso ver, a depender de como estas questões sejam respondidas na prática pelas organizações, será absolutamente inevitável o processo de burocratização e criação de dirigentes que vão desnutrir a semente da igualdade real, substantiva, genuína. Assim, limitando profundamente qualquer tentativa de criação de um novo microcosmo alternativo – será um microcosmo perfeitamente condizente com o macrocosmo do sistema do capital.

O texto nos apresenta ao final alguns pontos de como combater a burocratização, baseado nos princípios organizativos formulados pela Comuna de Paris:

- *Se existe um movimento social, é porque há ali uma “base de massas” formada por inúmeras pessoas cheias de anseios e aptidões para contribuir pela transformação social. As circunstâncias da luta nem sempre permitem as assembleias gerais, fazendo-se necessária muitas vezes a delegação de poder. No entanto, quem delega deve controlar: esse princípio deve ser a cláusula inviolável na constituição de todo movimento, aceito, garantido e praticado por todos. A aplicação dessa norma, com as consequências da substituição de coordenações, direções e comitês mal avaliados — mas nunca excluídos, cabendo sempre novas oportunidades aos militantes — deve ser encarada como natural.*
- *As atividades de direção jamais podem ser vistas como especialização de funções. Toda a base deve ser estimulada a assumir responsabilidades orgânicas, de preferência rotativas, que enseje uma massa crítica de capacidade dirigente.*
- *As atividades de direção inevitavelmente tendem a afastar o dirigente do cotidiano vivenciado pela base. Um burocrata consumado já despreza essa realidade e esse convívio, seu pesadelo é um dia voltar a viver e lutar com seus antigos semelhantes. Antes que isso ocorra, os dirigentes, enquanto exercerem tais funções, devem sempre reabastecer sua índole no convívio com as contradições sentidas na prática por seus representados (Passa Palavra, 2010, s.p.).*

Além da Comuna de Paris, outra experiência importante para refletir sobre as contradições da burocratização é a experiência soviética. O tipo de sociedade antagônica que lá se desenvolveu se tornou o “modelo de socialismo” para o mundo todo, influenciando enormemente as lutas sociais. A perda do horizonte revolucionário e a burocratização da experiência soviética não pode se limitar a uma crítica ao stalinismo, embora seja indispensável. Pois ainda ficaria de fora a crítica radical das condições sociais que permitiram a ascensão de Stalin, como representação da hierarquia no controle das tomadas de decisão fundamentais daquela experiência. Estas condições sociais em parte

foram consequência de forças externas (atraso da Rússia czarista, aliança dos países capitalistas contra a experiência soviética, guerra civil, etc.)³ – mas as consequências das *forças internas* é que são fundamentais no que se refere à autocrítica revolucionária.

Estas questões internas que fortaleceram a tendência a burocratização da experiência, possibilitando o domínio da concepção stalinista, foram se formando desde os primeiros anos – se refletindo no enfraquecimento dos *soviets* ao passo que seu poder social se concentrava no Partido Bolchevique que dominava o poder do Estado⁴. Não podemos esquecer que o próprio Lenin, nos anos finais de sua vida, percebia a contradição enorme que a experiência soviética tinha entrado há alguns anos, enxergando a forte tendência da burocratização que ameaçava a luta – e tentou lutar contra isso.

Mas, desde antes de 1917, havia já uma certa contradição na relação entre os *soviets* e o Partido Bolchevique, se pretendendo a uma organização que *representasse* os interesses do povo. Em fala do próprio Lenin podemos ver um certo descompasso nesse sentido entre a necessidade identificada pela organização e o próprio movimento da classe trabalhadora organizada nos *soviets*. Em 24 de outubro de 1917, Lenin escreve uma *Carta aos membros do Comitê Central* afirmando que

A situação é extremamente crítica. Está claro como a luz do dia que, hoje, qualquer demora na insurreição equivale à morte. [...]. Não se pode esperar! Podemos perder tudo! [...] Quem deve tomar o poder? *Agora isto não tem importância: que o tome o Comitê Militar Revolucionário “ou outra instituição” de que declare somente entregar o poder aos verdadeiros interesses do povo, dos interesses do exército (proposta de paz imediata), dos interesses dos camponeses (tomada de posse das terras imediatamente, abolição da propriedade privada), dos interesses dos famintos. É necessário que todos os distritos, todos os regimentos e todas as forças estejam mobilizadas imediatamente e que enviem, sem demora, delegações ao Comitê Militar Revolucionário, ao CC do Partido Bolchevique [...]. A história não perdoará qualquer demora dos revolucionários que podem triunfar hoje (e que triunfarão hoje com toda certeza) e que amanhã correrão o risco de perder muito, de perder tudo. Se hoje tomamos o poder, não o tomamos contra os Sovietes, mas a favor deles. A tomada do poder é obra da insurreição;*

³ Muitos marxistas tem a sua crítica limitada até este ponto, da “força das circunstâncias” externas. E como se o máximo da autocrítica interna válida fosse a Stalin e o processo que se originou com ele como representante. O que aconteceu antes, que possa ter originado as condições de sua ascensão (*ainda que sem a intenção dos envolvidos*), permanece para muitos um tabu. Como se a crítica ao que aconteceu, por exemplo, no período histórico de 1917 a finais dos anos 1920 fosse necessariamente desconsiderar a importância da experiência soviética como luta da classe trabalhadora. Ou então como se significasse a afirmação de que Lenin e Stalin merecem o mesmo tipo de crítica. O que são absurdos. O que realmente fica de fora é justamente como a classe trabalhadora foi perdendo sua autonomia/autodeterminação expressa nos *soviets*, ao passo em que foi se consolidando através do Estado e do Partido Bolchevique uma forma nova de controle hierárquico desde muito cedo através da centralização e enfraquecimento do poder local dos microcosmos, para que Stalin pudesse se tornar o representante.

⁴ Ver, por exemplo, *Os Bolcheviques e o controle operário* (1975) de Maurice Brinton.

sua meta política *se tornará clara depois que tivermos tomado o poder* (Lenin, 2017, p. 267; 268; 269, grifos nossos).

Por mais sérias e revolucionárias que sejam as pessoas envolvidas, a tomada do poder por um Comitê Militar Revolucionário ou “outra instituição” que *declare entregar o poder aos verdadeiros interesses* do povo – significa então que o povo mesmo não cria e reproduz o poder social que controla suas vidas e garante seus interesses. Maurice Brinton, no texto intitulado *Os Bolcheviques e o controle operário*, argumenta que

Em 1917, os trabalhadores criaram órgãos (Comitês de Fábrica e Soviets) que deviam garantir a gestão da sociedade pelos próprios trabalhadores. Mas os Soviets passaram para as mãos dos funcionários bolcheviques. Um aparelho de Estado, separado das massas, reconstituiu-se rapidamente. Os trabalhadores russos não conseguiram criar novas instituições que lhes permitissem gerir tanto a produção como a vida social. Essa tarefa foi por conseguinte assumida por outros, por um grupo para quem essa gestão se tornou função específica. A burocracia organizava o processo do trabalho num país no qual ela era igualmente senhora das instituições políticas (Brinton, 1975, p. 32).

Fazendo uma cronologia seletiva do mundo do trabalho, de 1917 a 1921, Brinton traz reflexões muito importantes a partir de fatos concretos a respeito do trabalho e a reprodução da vida na experiência soviética. Estes fatos concretos falam muito a respeito do tipo de sociedade que estava se desenvolvendo e que contribuem, ao nosso ver, para refletir sobre os limites históricos na criação de novos microcosmos no futuro.

Lenin havia publicado no Pravda em 3 de novembro de 1917 um *Projeto de Decreto sobre o controle operário*, gerando um intenso debate que acabou modificando e acrescentando o texto de Lenin, sendo adotado pelo Comitê Executivo Central Pan-Russo dos Soviets (V.Ts.I.K.) em 14 de novembro. De acordo com Brinton,

Milyutin, que apresentou o “decreto revisto” ao V.Ts.I.K., explicou apologeticamente que “a realidade ultrapassou-nos” e que se tinha tornado urgentemente necessário “unir num único e sólido aparelho estatal o controle operário que se estava a processar no local de trabalho”. [...]

No decreto revisto, os 8 pontos originais de Lenin tinham aumentado para 14: o novo decreto começava com a engenhosa afirmação de que “no interesse de uma normalização planificada da economia nacional”, o novo Governo “reconhecia a autoridade do controle operário em toda a economia”, mas teria de haver uma hierarquia firme nos órgãos de controle. “Permitia-se” que os Comitês de Fábrica se mantivessem como órgãos de controle de cada empresa individual. Mas cada Comitê era responsável perante um “Conselho Regional do Controle Operário”, subordinado por sua vez a um “Conselho Pan-Russo do Controle

Operário”. A composição desses órgãos superiores era decidida pelo Partido (Brinton, 1975, p. 71-72).

Assim, ainda muito cedo na experiência soviética, foram tomadas atitudes e concepções que viriam a compor a série de contradições (internas e externas) que a experiência vivenciava. Em 5 de dezembro de 1917 é publicado um decreto que estabelece o Conselho Superior da Economia Nacional (*Vesenka*), que deveria elaborar um plano centralizado para a organização da vida econômica e dos recursos do Estado. Cada vez mais se consolidava uma estrutura social hierárquica nova, diferente da tipicamente capitalista que foi revolucionada, através de um processo histórico de luta interna ao longo dos primeiros anos. De acordo com Brinton

A primeira fase desse processo foi a subordinação dos Comitês de Fábrica ao Conselho Pan-Russo do Controle Operário, no qual os sindicatos (já sob o domínio completo do Partido) estavam amplamente representados. A segunda fase, que se seguiu quase que imediatamente à primeira, foi a incorporação desse Conselho Pan-Russo do Controle Operário no *Vasenka* que favorecia ainda mais os sindicatos, mas que incluía, também, elementos nomeados diretamente pelo Estado (i.e. pelo Partido). Deixou-se o *Vasenka* momentaneamente sob liderança comunista de “esquerda”. Um pouco mais tarde esses “esquerdistas” viriam a ser afastados. Lançou-se em seguida uma campanha tenaz para dominar o poder dos sindicatos que, ainda, podiam ser influenciados pela classe operária, se bem que de modo muito indireto e distorcido. Era particularmente importante dominar esse poder visto os sindicatos ainda terem um certo domínio sobre a produção, e substituí-lo pela autoridade direta dos elementos nomeados pelo Partido. Esses gerentes e administradores, quase todos nomeados pelo topo, viriam a formar gradualmente a base da nova burocracia (Brinton, 1975, p. 81).

Alguns anos mais tarde, no artigo de Lenin *Sobre a Cooperação*, publicada em 4 de janeiro de 1923, continuamos a ver em suas palavras uma manutenção da relação de representação política através do Partido e do Estado, ao invés de uma autodeterminação da classe trabalhadora. Lenin defende que

Não há dúvida de que a cooperação, nas condições do Estado capitalista, é uma instituição capitalista coletiva. Também não há dúvida de que nas condições da nossa atual realidade econômica, quando unimos as empresas capitalistas privadas – mas unicamente com base na terra socializada e unicamente sob o controle do poder de Estado, pertencente à classe operária – com *as empresas de tipo consequentemente socialista (quando tanto os meios de produção como o terreno em que se encontra a empresa e toda a empresa no seu conjunto pertencem ao Estado)*, surge ainda a questão de uma terceira forma de empresa, que anteriormente não constituía uma categoria à parte do ponto de vista da importância de princípio, a saber: as empresas

cooperativas. [...] No nosso regime atual, as empresas cooperativas diferem das empresas capitalistas privadas por serem empresas coletivas, mas não diferem das empresas socialistas, *desde que o terreno onde estão instaladas e os meios de produção que empregam pertençam ao Estado, isto é, à classe operária*. Não temos suficientemente em conta esta circunstância quando discutimos sobre a cooperação. Esquece-se que a cooperação adquire no nosso país, devido à peculiaridade do nosso regime estatal, uma importância verdadeiramente excepcional. Pondo de parte as concessões, que, diga-se de passagem, não alcançaram no nosso país um desenvolvimento importante, nas nossas condições a cooperação coincide muitas vezes inteiramente com socialismo (Lenin, 2017, p. 559-560, grifos nossos).

Enquanto para muitos marxistas esta concepção de empresa socialista, como um microcosmo pertencente ao Estado, continua significando que é de fato uma propriedade social da classe trabalhadora, para outros como Brinton e Mészáros esta relação significou uma distribuição central da força de trabalho pelo poder do Estado. Mészáros a caracteriza, portanto, como uma “subordinação estrutural” do trabalho ao capital numa forma metamorfoseada de controle, não tinha nada de socialismo. Ele argumenta que

O fato de o relacionamento dos trabalhadores com o poder do Estado, manifestado como distribuição central da força de trabalho, ser um relacionamento de subordinação estrutural parece não ter sido problema para Lenin, que evitou a questão ao simplesmente descrever a nova forma de poder do Estado como “poder estatal proletário”. Assim, a contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado desaparece do seu horizonte ao mesmo tempo em que vem à tona o poder centralizado do Estado que determina por si só a distribuição da força de trabalho (MÉSZÁROS, 2009, p. 1020).

Portanto, em sua perspectiva,

a ironia cruel de tudo isso é que o próprio Lenin, totalmente dedicado à causa da revolução socialista, contribuiu para paralisar as mesmíssimas forças da base da classe trabalhadora às quais, mais tarde, voltaria pedindo ajuda, uma vez percebidos por ele os perigos dos desenvolvimentos que, na Rússia, iriam culminar no stalinismo. Contra este cenário, é patético ver Lenin, um gênio da estratégia realista, comportar-se como um utópico desesperado, de 1923 até o momento da sua morte: propondo insistentemente esquemas impossíveis – como a sugestão de criar uma maioria no Comitê Central com quadros da classe trabalhadora, a fim de neutralizar os burocratas do Partido – na esperança de reverter esta tendência perigosa, então já muito avançada. A grande tragédia de Lenin foi que a sua incomparável, instrumentalmente concreta e intensamente prática estratégia o derrotou no final. No último ano de vida, então já não havia mais saída para seu isolamento total. Os desenvolvimentos que ele mesmo, mais que qualquer outro, ajudou a dinamizar fizeram-no historicamente supérfluo. A forma específica como ele viveu a unidade de teoria e prática acabou por ser o limite de sua grandeza (Mészáros, 2009, p. 1022-1023).

Mészáros, na sua obra *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*, traz valiosas reflexões sobre estes problemas, uma vez que a autocrítica da experiência soviética é uma das colunas centrais de toda sua argumentação. Alguns pontos importantes que podemos relacionar são o fato de que 1) a burocratização se explica pelas relações sociais antagônicas específicas que controlam a reprodução social e não o contrário; 2) a experiência soviética revelou que as “personificações do capital” não precisam ser apenas os capitalistas típicos. Na verdade, todos aqueles que *no mundo atual* controlam a reprodução social numa forma alienada, acima dos produtores, são de alguma maneira personificações da relação-capital. Representam o capital nesta relação social e introjetam as necessidades sociais de exploração e opressão como suas necessidades pessoais; 3) não é suficiente expropriar os expropriadores e conquistar o poder do Estado – se as condições mais elementares da exploração e alienação permanecerem operantes na produção e reprodução da vida cotidiana. Nestes casos, a relação-capital sempre conseguirá se adequar às circunstâncias históricas que foram alteradas, complexificando seu sistema orgânico para perpetuar sua reprodução exploratória. Assim, mesmo que derrubada a classe dominante anterior e seu poder político, se continuarem as condições hierárquicas de reprodução da vida, uma nova classe dominante se erguerá necessariamente em conjunto com uma nova forma específica de Estado moderno⁵.

A capacidade da relação-capital de metamorfosear sua forma de controle para continuar sua reprodução ampliada, se adequando às circunstâncias modificadas pela luta social, não se resume ao passado e à Rússia como tentativa de sua superação. De diferentes formas, está presente a todo momento, nas diversas tentativas de criar alternativas ao seu controle, mesmo no Brasil. É um alerta da ameaça que cotidianamente nos assombra.

3. Luta social e novas formas de reprodução do capital no Brasil / social struggle and new forms of capital reproduction in Brazil

Neste sentido, vemos que o processo de burocratização é um processo problemático que vem desafiando a construção de uma *ofensiva* socialista através da criação de novos microcosmos, que vem bloqueando e até distorcendo os valores

⁵ Ver de Mészáros, em especial, o capítulo 17 da obra *Para além do capital: Formas mutantes de controle do capital*.

originários de importantes organizações da classe trabalhadora ao longo da história. No Brasil, outro exemplo desta problemática é a crítica publicada por 51 pessoas intitulada *Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas*⁶. Em 2011, argumentaram que

Agora nossas organizações, cada uma a seu tempo e não sem contradições, estão dependentes do capital e seu Estado. As lutas de enfrentamento passaram a ameaçar as alianças políticas do pacto de classes, necessárias para manter os grandes aparelhos que conquistamos e construímos. O que em algum momento nos permitiu resistir e crescer se desenvolveu de tal maneira que se descolou da necessidade das famílias e da luta, adquirindo vida própria. O que viabilizou a luta hoje se vê ameaçado por ela: o que antes impulsionava a luta passa a contê-la (51 signatários, 2011, s.p.).

Vemos aqui mais uma vez a contradição entre o objetivo último e o objetivo imediato, em que, por conta de mediações *falsas*, os passos dados no imediato nunca alcançarão a objetivo último *verbalmente defendido* de construção do socialismo, de combate radical às desigualdades sociais. A carta coloca acertadamente que

O problema em questão não é que houve uma traição da direção ou um abandono/rebaixamento do projeto político; um erro na escolha das táticas ou dos aliados. A questão fundamental é a contradição *entre o objetivo e os caminhos escolhidos para atingir tais objetivos*: propúnhamos o Socialismo como objetivo, mas o projeto estratégico que traçamos ou ajudamos a trilhar não nos leva a esse objetivo. Tal estratégia política não é nova na luta de classes: *sua origem está na social-democracia europeia de há mais de um século*, adaptada às condições históricas do Brasil numa versão rebaixada, que foi reproduzida nas últimas décadas pelo PT e CUT e recentemente por MST/Via Campesina, MTD e CP. Atualmente, se apresenta na forma do Projeto Democrático Popular e Projeto Popular para o Brasil (51 signatários, 2011, s.p., grifos nossos).

Assim, na *Carta*, os dissidentes defenderam que

Para nós, este é um governo Democrático e Popular. Não da forma idealizada como querem alguns, mas com as concessões necessárias para uma ampla aliança. O PDP deu nisto. Nesse sentido, nossas organizações foram vitoriosas quanto ao que se propuseram. E nós contribuímos com este processo, no entanto hoje percebemos que esta estratégia não leva ao Socialismo, ao contrário, transforma as organizações da classe *em colaboradoras da expansão e acumulação do capital*. O que se apresenta como uma vitória para nossas organizações, na perspectiva da luta de classe, é uma derrota (51 signatários, 2011, s.p., grifos nossos).

⁶ Disponível em: <<https://passapalavra.info/2011/11/48866/>>.

As organizações transformam-se em parte do processo de expansão e acumulação de capital – e os militantes se transformam em burocratas que são personificações do capital, ainda que não seja o capitalista típico.

Quando o caminho da social-democracia europeia que foi mencionado estava se desdobrando na Alemanha no tempo de Marx e Engels, eles problematizaram profundamente a entrada das organizações da classe trabalhadora nas relações hierárquicas do Estado como forma de organizar a luta. No texto chamado *Crítica ao Programa de Gotha* (escrito em 1875), Marx se posicionou contra esta tendência que iria de fato se espalhar pelo mundo e influenciar profundamente as lutas da classe trabalhadora durante muito tempo, até os dias de hoje no Brasil. Foi assim, com bastante acidez, que Marx se posicionou naquela oportunidade:

O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal [...]. A organização socialista do trabalho total, *em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”*, subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção “criadas” por *ele*, e não pelos trabalhadores. É algo digno da presunção de Lassalle imaginar que, por meio de subvenção estatal, seja possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma nova ferrovia (Marx, 2012, p. 41, grifos nossos).

Em outra passagem, Marx argumenta que

O fato de que os trabalhadores queiram criar as condições da produção coletiva em escala social e, de início, em seu próprio país, portanto, em escala nacional, significa apenas que eles trabalham para subverter as atuais condições de produção e não tem nenhuma relação com a função de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado! No que diz respeito às atuais sociedades cooperativas, elas *só* tem valor na medida em que são criações dos trabalhadores e independentes, não sendo protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (Marx, 2012, p. 42)⁷.

⁷ Aqui o destaque em itálico é de Marx. Como podemos ver, as consequências do envolvimento do movimento da classe trabalhadora no terreno político-institucional dos Estados-nação há muito são profundas polêmicas, desde os últimos anos do século XIX. Para Mészáros, a ocupação do terreno político-institucional foi feito “ao preço de abandonarem alguns de seus princípios revolucionários originais por uma questão de operar dentro do quadro legal e de orientação burguesa do seu Estado capitalista” (2021, p. 182). Para o autor, com o *Programa de Gotha*, na Alemanha, este problema teve sua maior expressão. Este Programa “foi escrito com o propósito de promover a unificação da ala radical do movimento com os conciliadores oportunistas da classe trabalhadora alemã. Os ‘eisenachianos’ constituíam a ala radical, ao passo que os ‘lassalleanos’ – cuja inspiração esteve por muito tempo ‘provavelmente em entendimento secreto com Bismarck’, como Marx corretamente deu a entender já em 1865, tentavam integrar o movimento da classe trabalhadora na estrutura regulatória do Estado estabelecido. Para se contrapor a isso, Marx produziu, em abril (ou início de maio) de 1875, a devastadora *Crítica ao Programa de Gotha*, que apontou não apenas as contradições internas desse programa, mas também as perspectivas desastrosas para o futuro do movimento socialista caso adotasse a estratégia anunciada por tal unificação sem princípios. Mas tudo isso de nada adiantou e a fatídica unificação seguiu em frente” (Mészáros, 2021, p. 183). Ao final

Portanto, no caso da experiência brasileira, as organizações que não se atentarem para a necessidade de criar novos microcosmos independentes da burguesia e do Estado correm o risco de adotarem uma perspectiva de movimento que acaba por cair num erro histórico que destrói os valores emancipatórios originários, burocratizando a luta social e criando novas formas de realizar a acumulação de capital. Em relação ao MTST, críticas neste sentido já foram feitas, por exemplo, na análise do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Entidades.

Isadora de Andrade Guerreiro escreveu uma crítica neste sentido, num texto de 2020 intitulado *Um CEO para a esquerda em meio à crise do trabalho*⁸. Segundo a autora, as mudanças de perspectiva, numa luta interna do MTST, levaram à frente Boulos, como representante da “única saída” possível, e um combate à falta de moradia associado a uma forma de acumulação da fração da burguesia ligada ao setor imobiliário:

grosso modo, antes de ser uma política pública habitacional, o PMCMV instrumentalizou o direito à moradia como mecanismo de reestruturação produtiva no setor imobiliário, que precisava de um tipo específico e coordenado de expansão após a abertura de capital de muitas empresas do setor – que se deu a partir de 2005. Para dar resposta às exigências de outro tipo de acumulação, em conjunto com a crise mundial, tal setor precisou adequar seu processo produtivo, o que envolveu a articulação de uma nova mercadoria (a habitação popular em massa realizada como mercadoria pelo mercado imobiliário); a disputa de terras periféricas antes abandonadas pelo mercado (mas centrais para a reprodução das classes populares); e a transformação de uma massa de população sem poder aquisitivo em mercado consumidor (o modelo de “subsídio à demanda”, diferente do modelo de “subsídio à produção”) (Guerreiro, 2020, s.p.).

Assim sendo, estamos vendo no Brasil uma forma específica de realização do direito social através da conciliação de classe, viabilizando uma vitória aos capitalistas na medida em que este processo transforma os indivíduos, em diferentes camadas, em consumidores de mercadorias – consumidores até da realização de seu direito social, materializado como mercadoria (ainda que não adquirida da forma “típica” no capitalismo em sua fase ascendente de desenvolvimento). É assim que a autora continua seu argumento:

da sua crítica do Programa de Gotha, Marx então escreveu a expressão latina: “*disse e salvei minha alma*” (2012, p. 48), pois estava profundamente convencido dos efeitos desastrosos daquele caminho para a luta emancipatória da classe trabalhadora, mas estava com “a alma salva” por ter deixado claro que ele não fazia parte daquele caminho adotado e por ter apontado (indignado) suas críticas profundas.

⁸ Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/12/135519/>>.

no campo da produção da unidade habitacional, havia uma divisão fundamental internamente à modalidade Entidades. Ao fazer a contratação do PMCMV, as Entidades podiam escolher entre a organização denominada de “Autogestão” ou a de “Empreitada Global”. Se a Entidade escolhia fazer o empreendimento por “Autogestão” (uma cogestão, na realidade), ela seria responsável por fazer um projeto próprio e gerir a obra diretamente, comprando materiais e contratando diretamente mão de obra (ou eventualmente fazendo partes em mutirão), com participação direta dos futuros moradores em todos os processos de gestão e canteiro. Se escolhesse a “Empreitada Global”, ela contrataria uma empreiteira, que faria todo o processo, eventualmente seguindo um projeto da Entidade (solução sempre parcial, pois nenhuma construtora aceita fazer algo que não domina e que não vai lhe dar lucro). Os futuros moradores, neste caso, teriam *participação bastante lateral – sem participar nem de projeto, nem de gestão, nem de obra –, com uma centralização grande nas lideranças da Entidade em contato com a construtora*. Tornavam-se *consumidores, endividados* – ainda que menos em comparação às faixas imediatamente superiores de renda, com menor subsídio (Guerreiro, 2020, s.p., grifos nossos).

A potencialidade de criação de um novo microcosmo, que poderia surgir através da luta por moradia, acaba sendo completamente bloqueada e desnutrida na medida em que enfraquecesse a autogestão e a solidariedade; e se fortalece a hierarquia e o empreendedorismo dentro das próprias relações sociais que se pretendiam ser uma *alternativa* ao sistema do capital. Isadora então questiona:

Portanto, falar do PMCMV Entidades significa muitas vezes falar de formas de organização da produção diferentes, com consequências nas formas de mobilização política da base. No entanto, isso é sempre obscurecido pelos movimentos – e o MTST aqui é um dos principais – que contratavam por “Empreitada Global”, uma dinâmica que acompanha de perto o obscurecimento do mundo da produção e das relações de trabalho. Chama a atenção, no entanto, a necessidade de publicizar a “conquista da moradia” por uma pretensa “autogestão” que se apoia numa realidade produtiva estritamente terceirizada e empresarial, de canteiros (e orçamentos) fechados, projetos padrão e lista de “demanda”. Por que não dizer simplesmente que o movimento contratou uma construtora, que é contra a autogestão (já tão criticada e não desejada por quase ninguém)? Por que manter essa aparência, que é um vínculo com processos políticos-produtivos anteriores? (Guerreiro, 2020, s.p.).

Neste sentido, Isadora argumenta que

O MTST baseou sua expansão nacional neste mecanismo, se reproduzindo politicamente pela mesma forma do PMCMV Entidades “Empreitada Global”, com a qual contratou e mandou construir seus empreendimentos habitacionais. Boulos e seu grupo foram responsáveis por instituir dentro do movimento um processo de “profissionalização” (era essa a palavra usada em reuniões entre nós,

assessores técnicos, e eles) que na verdade conformou a organização ao modelo de empresa, dentro da qual trabalho deve *produzir resultado quantificável*. Ou seja, deve antes de tudo ser fragmentado, controlado e dirigido aos resultados previamente planejados (por poucos), pois é necessário haver *retorno* dos investimentos (políticos e financeiros) feitos. A produtividade política incluía controlar a crítica interna, manter os colaboradores subsumidos e, principalmente, desenvolver técnicas de gestão de uma base fluida, que precisa estar entre a mobilização e a desmobilização, *flexível na medida certa* – como o mar de barracos de lona na maioria inabitáveis de seus acampamentos. (Guerreiro, 2020, s.p.).

Se esta perspectiva não é combatida dentro do movimento, certamente estas tendências estão ameaçando as Cozinhas Solidárias enquanto novas esperanças de alternativa genuína de combate à fome no Brasil, no MTST e em qualquer organização que pretenda desenvolver esta experiência. Inclusive, muito parecida com esta crítica apontada por Isadora em relação ao combate à falta de moradia, é a crítica de Leile Teixeira (2015) ao combate à fome no Brasil realizado pelo Partido dos Trabalhadores, antes do surgimento das Cozinhas Solidárias, que foi realizado sem enfrentar as condições sociais que criaram a reprodução continuada de insegurança alimentar através dos séculos, desde a colonização.

Assim, as conquistas do combate a fome levado pelo PT tiveram um preço muito alto, pois se realizou através da mercantilização da alimentação, desenvolvimento da obesidade anêmica e a acumulação de capital de setores do agronegócio. Isto porque o ciclo do processo entre a produção e o consumo do alimento continuou sob controle da relação-capital, sendo realizado por seus microcosmos altamente destrutivos, tanto para a sociedade quanto para a saúde de seus membros individualmente. Para Leile Teixeira:

Significativo notar também a tendência à anemia somada à obesidade que indica problemas graves na alimentação. A transição para a situação de obesidade é indicadora do consumo de alimentação barata pela população. Já se apresentava para o Brasil o fato de que a desnutrição estaria reduzindo em todo o país ao longo das décadas de 1980 e 1990, porém, a situação de fome ainda persiste. Por outro lado, a estratégia de consumo de massa e de pacto social executada pelo governo desloca o problema da insegurança alimentar para outro patamar. De uma população afetada pela falta de alimentos ou pela ingestão insuficiente deles, como denunciava Josué de Castro, temos agora uma população que adoecida em função da ingestão de substâncias alimentares impulsionada pela indústria de alimentos. Ao levar a população à obesidade e todos os problemas de saúde dela advindos, a forma da indústria de alimentos não satisfaz a necessidade natural de se alimentar, antes, engana a fome (Teixeira, 2015, p. 224).

Assim, a autora defende que

A análise da organização da política de combate à fome no Brasil, somada com os dados da transição nutricional que se processo no país desde a década de 1970 levam à seguinte conclusão. A estratégia de vincular a política de combate à fome com a política de assistência social submeteu o combate à fome ao combate à pobreza. Por um lado, não toca na estrutura agrária brasileira submetida à acumulação do capital via economia do agronegócio de forma que o incentivo à pequena propriedade rural fica circunscrito aos interesses do latifúndio, mas, o governo garante, por outro lado, a manutenção do consumo via Programa Bolsa Família (Teixeira, 2015, p. 235).

Caso a experiência das Cozinhas Solidárias siga nesse mesmo caminho enquanto projeto social, e as organizações envolvidas continuarem sem enfrentar a estrutura agrária brasileira, sem conectar esta ação social com o horizonte de fim completo da fome pela abundância construída pela própria classe trabalhadora, e adotando princípios hierárquicos para a organização – as Cozinhas Solidárias tornarão mais complexo este processo já em andamento com o PT, fazendo parte da particularidade da experiência brasileira em que a luta social pela realização das necessidades da classe trabalhadora se converte em novas formas de controle e acumulação de capital.

Assim, a crítica de Leile Teixeira ao combate à fome levado à frente pelo PT serve de importante alerta para as Cozinhas Solidárias e as organizações que abraçarem esta experiência. Para a autora

O valor da fome no Brasil entre as necessidades humanas e a reprodução do capital está no fetiche de combate à fome, via redução da pobreza, como mote central do modo como se operacionaliza e fundamenta a política de assistência social, contribuindo assim para a manutenção do governo do PT no poder. Além disso, garante a reprodução do capital a despeito das necessidades humanas que no aspecto alimentar transita para um quadro de obesidade anêmica. Retomo a hipótese enunciada da pesquisa de que “a fome na atualidade é funcional ao sistema capitalista, e assim o sendo, não será superada enquanto a produção e a reprodução da vida estiverem submetidas à lógica de acumulação do capital”. A fome é funcional ao sistema capitalista como arma de dominação por um lado e, por outro, é uma consequência do padrão de desenvolvimento fundando no sistema agroindustrial (Teixeira, 2015, p. 235).

Postergar e complexificar os seus problemas estruturais são maneiras que o sistema do capital tem para lidar com suas contradições. A diminuição da desnutrição com sua substituição pela obesidade anêmica é simplesmente não resolver o problema da fome/alimentação, apenas postergar os efeitos destrutivos nas pessoas, ao mesmo tempo

em que complexifica o problema, pois parece que a fome está sendo de fato combatida numa nova forma. Se a Cozinha Solidária entra nesse processo em andamento sem a devida postura radicalmente crítica na sua prática, fazendo parte no processo em que a produção e a reprodução da vida são realizadas pelos microcosmos destrutivos do sistema do capital – a fome continuará sendo funcional à perpetuação de um sistema exploratório e opressor.

No texto publicado no site do Teia dos Povos, chamado *Liberar o mundo novo que pulsa no coração dos movimentos* (2022), vemos reflexões importantes a respeito da necessidade imediata de criação de novos microcosmos. De certa forma, ainda que de maneira insuficiente, o texto aponta que este é um processo de luta que está acontecendo exatamente agora, pois, em todo o continente da América Latina,

vários milhões de hectares têm sido recuperados ou conquistados pelos pobres. Em seus territórios, eles praticam formas de vida nas quais muitas vezes predominam relações sociais não capitalistas, já que o controle territorial — muito diferente dos espaços estudados por Henri Lefebvre — lhes permite viver de outro modo: trata-se de um mundo de valores de uso em vez de valores de troca. Grandes movimentos, como os indígenas de México, Bolívia, Equador, Peru, Chile e outros países, além dos trabalhadores rurais e de algumas periferias urbanas, exibem em seus territórios projetos de grande fôlego, entre os quais se destaca a capacidade de produzir e reproduzir a vida. A experiência dos *piqueteros* argentinos foi muito significativa, pois se trata de um dos primeiros casos nos quais um movimento urbano coloca a produção material em lugar de destaque (Zibechi, 2022, s.p.).

Argumentam, portanto, que estas “novas territorialidades” (ou novos microcosmos) “criadas pelos movimentos são o traço diferencial mais importante (com relação aos velhos movimentos e aos atuais movimentos do Primeiro Mundo), porque esses territórios são os espaços em que se constrói coletivamente uma nova organização da sociedade” (Zibechi, 2022, s.p.). A sobrevivência diária dos indivíduos está relacionada a este novo território, ou este novo microcosmo da sociedade, num processo progressivo de retomada nas próprias mãos do controle sobre a vida cotidiana. Desta maneira, um destaque fundamental é que os indivíduos desses movimentos “passaram a ser produtores e isso representa um dos maiores êxitos dos movimentos nas últimas décadas, pelo que supõe em termos de autonomia e de capacidade de criar um mundo novo, distinto do hegemônico pelo capital” (Zibechi, 2022, s.p.). Assim, segundo os autores,

Na América Latina, podemos observar que os movimentos antissistêmicos estão começando a transformar seus espaços em alternativas ao sistema dominante, por dois motivos: convertem-nos em espaços simultâneos de sobrevivência e de ação política e constroem neles relações sociais não capitalistas. A forma como cuidam da saúde, como se autoeducam, como produzem alimentos e como os distribuem não é uma mera reprodução do padrão capitalista; em uma parcela considerável desses movimentos, vemos a intenção de ir mais longe, colocando em questão, em cada um desses aspectos, as formas de fazer herdadas de lutas anteriores (Zibechi, 2022, s.p.).

Enquanto os microcosmos do sistema do capital estão em sua crise estrutural – e devem também serem reestruturados para poderem atender às necessidades humanas – a particularidade da formação sócio-histórica brasileira enquanto capitalismo dependente (ponto comum com outros países da América Latina) permite uma possibilidade diferente de estratégia revolucionária através da criação de novos microcosmos pela ação positiva dos movimentos sociais de construção do novo (parcial que seja).

Para que a luta social não resulte em novas formas aperfeiçoadas de reprodução do capital no Brasil (e no mundo), é preciso que a autogestão e autoadministração estructurem a reapropriação das principais funções sociais de reprodução da vida cotidiana no imediato. O objetivo último é sua plena consolidação e vitória final do mundo novo sobre o velho decadente. Mas o objetivo imediato pode ser o início da reconstrução positiva da forma de alimentação, por exemplo, já a partir dos valores e princípios do mundo que se quer construir e lutar para expandir o microcosmo, bem como fortalecer a criação e reestruturação de outros microcosmos. Esta atividade deve começar no imediato, com toda a sua dificuldade, ou corre o risco de nunca vir a existir e sempre ser postergada a um “futuro adequado”.

As velhas relações sociais degradantes do sistema do capital só podem ser efetivamente combatidas com novas relações sociais, solidárias e autodeterminadas pela classe trabalhadora. Assim, pensamos que, quando se cria um novo microcosmo alternativo, se cria novas relações sociais para garantir a existência de uma forma diferente, contribuindo para mudanças estruturais. E estas mudanças “são produzidas pelos movimentos antissistêmicos, não porque modifiquem somente a relação de forças na sociedade — e eles a modificam de fato —, mas porque neles nascem/crescem/germinam formas de laço social que são a argamassa do mundo novo” (Zibechi, 2022, s.p.).

De fato, a melhoria da vida das pessoas através da reestruturação da forma de reprodução social não pode ser algo empurrado sempre para o futuro distante. Concordamos que

Num movimento, tanto pela terra como por teto, transporte ou por qualquer outro objetivo, a vida das pessoas tem de ser diferente desde o início, elas têm de se organizar de uma maneira que rompa com a sociedade dominante; em todas as dimensões de sua vida tem de haver mais autonomia e mais coletividade. Ou seja, as formas de organização coletiva têm desde o início de ser distintas das que vigoram no capitalismo. Se isso não ocorre ou se essa distinção vai se enfraquecendo, então a base do movimento afasta-se dos processos de decisão (Passapalavra, 2010, s.p.).

Considerações finais / conclusion

Como forma de enfrentamento da crise social que a cada dia destrói a humanidade, é preciso lutar pela criação imediata de novos microcosmos, na medida do possível, dentro das circunstâncias históricas possíveis. É preciso imediatamente iniciar e se preparar para um processo progressivo de reapropriação das funções vitais de controle da sociedade. Uma possibilidade de por onde começar, nas condições sócio-históricas de formação e reprodução do Brasil, seria pela luta da reestruturação das condições básicas da reprodução da vida, de baixo para cima, como por exemplo da alimentação.

Certamente isto não deve impedir a adesão de outras esferas do trabalho, conforme a ação consciente das pessoas trabalhadoras. Na própria realidade, através da luta concreta, é onde vai aparecer a forma específica como esta luta revolucionária vai se expandir. Todas as esferas do trabalho devem contribuir como podem para, a cada nova adesão, reforçar mutuamente as diferentes frente de luta, organizações e capacidade de reprodução da sociedade para fortalecer a alternativa também como um sistema orgânico, em que suas partes se sustentam e se fortalecem reciprocamente.

A Cozinha Solidária, enquanto experiência de combate à fome, surge no Brasil com grandes potencialidades, mas ao mesmo tempo correndo sério perigo de se tornar mais uma medida assistencialista (ainda que inovadora no país) que perpetua a desigualdade social.

De nada adianta a realização das necessidades imediatas dos trabalhadores, a realização dos direitos sociais, se for feito numa relação hierárquica/exploratória, expressa numa relação política de representatividade abstrata. Esta estrutura hierárquica certamente vai provocar a criação de novos círculos dirigentes, responsáveis por

reproduzir a acumulação de capital – ainda que de uma forma metamorfoseada de controle, se comparada com a “tipicamente capitalista”.

Uma forma de combater esta forte tendência das organizações que lutam contra o sistema do capital é a própria organização e a criação do microcosmo não ter em suas estruturas os elementos responsáveis por essa centralização do controle, estar profundamente baseada nos elementos fundamentais da nova sociedade que se quer construir. Ou seja, a própria organização e o novo microcosmo que se criam como alternativa devem ser sementes do próprio mundo novo que se quer ver florescer.

Assim, diante do que discutimos, sintetizamos alguns pontos importantes que podem contribuir para reflexão a respeito da criação de novos microcosmos:

1) As tarefas positivas, de reconstrução, de criação de novas relações sociais, devem ser perseguidas agora desde o início;

2) A importância da luta local não deve se contrapor a luta global contra o sistema do capital. Pelo contrário, uma luta internacional verdadeiramente auto-organizada demanda o fortalecimento da autonomia dos distintos países, regiões e localidades, de baixo para cima.

3) Os novos microcosmos não podem reproduzir a estrutura e valores do sistema negado a não ser como contradição a ser superada. Devem, desde o início, seguir por a) controle não conflituoso; b) forma não-hierárquica de tomada de decisão; c) cooperação positiva, para a criação do novo; d) auto-administração positiva destas novas relações sociais; e) coordenação lateral/horizontal das diferentes organizações autônomas; visando f) reapropriar as funções controladoras essenciais da reprodução do metabolismo social com a natureza; quando preciso delegar poder a alguém, g) quem delega o poder a outro trabalhador é quem deve ter o controle, não o contrário; h) estímulo a toda a base assumir as responsabilidades orgânicas de coordenação e administração; e i) representantes do poder da base não podem se afastar das condições de vida da base.

4) Podem existir infinitas formas de se criar novos microcosmos. A luta interna e expropriação das empresas particulares dos capitalistas é uma tarefa fundamental e incontornável, mas não é a única possibilidade. E um constituinte básico de um novo microcosmo surgido a partir da inutilização do sistema do capital (território vazio no campo e na cidade) é: a garantia da vida material, como a produção de alimentos. Assim, a reestruturação do ciclo da produção do alimento é uma tarefa fundamental do novo microcosmo, controlado pela relação solidária associada entre as próprias pessoas trabalhadoras.

5) Constituir um modo de produção e reprodução social próprio para a transição social – onde as organizações que se envolvam com as condições básicas da vida terão uma tarefa importante. Inclusive para contribuir com a sustentação material da luta nas outras esferas do trabalho, que são fundamentais, mas não estão relacionadas diretamente às condições básicas da vida (sendo este um fator desmobilizador a médio e longo prazo para a luta destas esferas). Modo de produção da transição baseado, entre outros pontos, na: igualdade substantiva; na alta autossuficiência com enorme produção de excedente; na expansão do tempo livre e na solidariedade entre as pessoas trabalhadoras.

6) Para contribuir com a criação de novos microcosmos e a formação de um modo de produção da transição socialista, a conexão entre o plantio agroflorestal e as Cozinhas Solidárias tem grande potencialidade. Mas é ameaçada por limites fatais.

Pensamos, portanto, que é tempo de fortalecer a criação variada de novos microcosmos, que coloque em questão a reapropriação comunitária das funções da reprodução da vida – apresentando uma esperança realista e sustentável para o futuro.

Referências bibliográficas / bibliography

- Brinton, M. **Os bolcheviques e o controle operário**. Porto: Afrontamento, 1975
- Guerreiro, I. de A. Um CEO para a esquerda em meio à crise do trabalho. **Passa Palavra**, 21 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/12/135519/>>. Acesso em: 15 de abril de 2025.
- Lenin, V. I. **Lenin e a Revolução de Outubro**: textos no calor da hora (1917-1923) São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- Marx, K. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- Marx, K.; Engels, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Mészáros, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Para Além do Leviatã: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Passa Palavra. Entre o fogo e a panela: movimentos sociais e burocratização. **Passa Palavra**, 22 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2010/08/27717/>>. Acesso em: 15 de abril de 2025.
- Teixeira, L. S. C. **O valor da fome no Brasil**: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital. Rio de Janeiro. 2015. 252 p. Tese (Doutorado em Serviço Social), UFRJ/ESS.
- Zibechi, Raúl, et al. **Territórios em rebeldia**. Brasil, Editora Elefante, 2022. Disponível em: <<https://teiadospovos.org/liberar-o-mundo-novo-que-pulsa-no-coracao-dos-movimentos/>>.
- 51 signatários. Carta de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. **Passa Palavra**, 22 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2011/11/48866/>>. Acesso em: 15 de abril de 2025.